



Números 44•45
Anos 2009/2010

FORUM

UNIVERSIDADE DO MINHO

CONSELHO CULTURAL



FRANCISCO SANDE LEMOS

- | | | |
|-----|---|---|
| 9 | <i>António Carlos Silva</i> | O GEPP na arqueologia portuguesa do último quartel do século XX |
| 31 | <i>José d'Encarnação</i> | A propósito de <i>O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental</i> |
| 53 | <i>Gonçalo Cruz</i> | Quinta da Ponte:
Ideias para o desenvolvimento de uma granja proto-histórica em Briteiros |
| 69 | <i>António Martinho Baptista</i> | O Vale do Côa e o seu Museu
(memórias, situações, projectos) |
| 97 | <i>João Fonte</i> | Novas metodologias não-invasivas de prospecção arqueológica: o contributo das tecnologias geo-espaciais |
| 113 | <i>Jorge de Alarcão</i> | A propósito do hidrónimo LETHES |
| 121 | <i>Rui Morais</i> | Uma mulher singular em <i>Bracara Augusta</i> |
| 135 | <i>Carla Maria Braz Martins</i> | A exploração romana do mármore na Quinta de Santo Adrião, Vimioso / Miranda do Douro |
| 149 | <i>Manuela Martins
Maria do Carmo Ribeiro</i> | A arqueologia urbana e a
defesa do património das cidades |
| 179 | <i>Maria do Carmo Ribeiro</i> | A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna |
| 203 | <i>Henrique Barreto Nunes
Francisco Sande Lemos</i> | Contributos para a
história da arqueologia em Monção |
| 223 | | Bibliografia de Francisco Sande Lemos |

LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

- | | | |
|-----|--|--|
| 245 | <i>Henrique Barreto Nunes</i> | Homenagem ao
Professor Lúcio Craveiro da Silva |
| 247 | <i>Acílio da Silva Estanqueiro Rocha</i> | Sob o signo da memória... |
| 257 | <i>Adriano Moreira</i> | Um legado de Lúcio Craveiro da Silva |
| 265 | <i>Henrique Barreto Nunes</i> | Apresentação do n.º 42/43 de "Forum",
dedicado ao Prof. Lúcio Craveiro da Silva |

NUNO BARRETO

273	<i>Paulo Cabral Taipa</i>	Gigante com um sorriso de menino
275	<i>César Valença</i>	Na mão de Deus, na sua mão direita
279	<i>Carlos Corais</i> <i>Maria Helena Trindade</i>	Nuno Barreto

DOCUMENTAÇÃO E VÁRIA

285	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	Sessão de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2008
289	<i>Maria Antonieta da Conceição Cruz</i>	O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2008
297	<i>José Neves</i>	Discurso na cerimónia de recepção do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2008 Reabrir o «Conjunto maciço abrangido pelo conceito de "Povo"»
307	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	Sessão de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2009
309	<i>José Viriato Capela</i>	O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2009
317	<i>Fernando Tavares Pimenta</i>	Intervenção na cerimónia de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2009 "Angola: os Brancos e a Independência"
323		Doação do Arquivo da Casa do Avelar
335	<i>Arquivo Distrital de Braga</i>	Relatório de actividades do Arquivo Distrital de Braga – 2009
357	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	Relatório de actividades da Biblioteca Pública de Braga – 2009
363	<i>Unidade de Arqueologia</i>	Relatório de actividades da Unidade de Arqueologia – 2009

NOTÍCIAS

377	<i>Conselho Cultural</i>	Notícias do Conselho Cultural
379	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	Notícias da Biblioteca Pública de Braga
389	<i>Centro de Estudos Lusíadas</i>	Notícias do Centro de Estudos Lusíadas
393	<i>Museu Nogueira da Silva/ /Galeria da Universidade</i>	Notícias do Museu Nogueira da Silva/ /Galeria da Universidade

Editorial

1

As mudanças verificadas na Universidade do Minho, com a eleição do Professor Doutor António M. Cunha como seu Reitor em Outubro de 2009 e, posteriormente, no Conselho Cultural, com a nomeação da Prof.^a Doutora Ana Gabriela Macedo como sua Presidente, ocorrida em 2 de Dezembro 2009 e a constituição definitiva do seu plenário, apenas concretizada em 6 de Maio de 2010, estão na origem do atraso com que surge este número da revista "Forum" (recordemos que o anterior foi apresentado em Julho de 2009).

Na própria revista verificaram-se algumas alterações na sequência do convite que o Reitor da Universidade do Minho me endereçou para integrar o Conselho Cultural como seu vice-presidente e, logo a seguir, da indicação da Professora Ana Gabriela Macedo, com a concordância do Reitor, para eu dirigir a "Forum", que aceitei com enorme agrado e honra, pois era seu coordenador editorial desde o n.º 5/1989.

Este número da revista respeita a estrutura dos anteriores, já que o seu tema principal, um conjunto de artigos dedicados a Francisco Sande Lemos, tinha sido definido no final de 2008, após a aposentação daquele arqueólogo, quando o Conselho Cultural era presidido pelo Prof. Doutor José Viriato Capela.

O Vale do Côa e o seu Museu (memórias, situações, projectos)

António Martinho Baptista*

Esta noite estive a reler os meus apontamentos. Alguns serviram para acender o fogão... Mas é uma espécie de censura que me apraz, porque tem a indiferença das forças naturais para com o mundo da Arte – uma indiferença que eu começo a partilhar.

Lawrence Durrell

No Vale da Casa (Douro)

Porque a arqueologia é feita de memórias, transmiti-las é um dever de cidadania... e há no Côa demasiadas memórias cruzadas...

O meu primeiro contacto com a região arqueológica do Vale do Côa data de há quase 30 anos e aconteceu por convite do meu amigo Francisco de Sande Lemos, com quem acabaria por fazer várias incursões arqueológicas pelo nosso Nordeste durante essa década de 80 do século passado. Ele ensaiava os primeiros trabalhos de campo para o seu doutoramento e a espaços tropeçava

* Antigo director do Centro Nacional de Arte Rupestre (Vila Nova de Foz Côa).
E-mail: ambaptista1950@sapo.pt.

em alguma riscalhada rupestre que me trazia à colação, eu refugiava-me da acalmia da Peneda-Gerês, então em tempo de pousio (também então se dizia que o país estava falido e tinha um crónico problema de finanças públicas, que breve seria resolvido com os habitais "sacrifícios" ao jeito popular – quantas vezes já ouvimos isto??!!). E aproveitava para rever esquecidas simbólicas rupestres no agreste alto-duriense, revisitando memórias delidas do velho Baçal ou do então ainda vivo Santos Júnior.

Em meados de 1982 parámos perto da foz do Côa. No *hinterland* beirão, na fronteira da Lusitânia. Terminava-se por esses dias a construção da barragem do Pocinho, o último dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos a ser finalizado no Douro português. E Sande Lemos, por sua própria iniciativa e sempre acompanhado pelo imprescindível Pires, tinha descoberto por ali um par de rochas com estranhas incisões, afloradas no terraço do Vale da Casa. Assim ficaria conhecido e sinalado esse sítio, rico de materialidades, na bibliografia arqueológica, embora também o nomeiem localmente como Vale de Canivães e/ou Vale da Cerva, qualquer deles até mais chamativo. Já não me lembro porque acabou Vale da Casa, quando qualquer dos outros dois é bem mais apelativo!

Será interessante recordar que, não estando ainda em vigor a legislação dos impactes ambientais, Sande Lemos realizou por sua iniciativa (era então Director Designado do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte) uma rápida prospecção a sítios que iriam brevemente ficar submersos, e assim tropeçou nas gravuras do Vale da Casa. Uma prospecção que parou junto ao Côa, mas a que regressaria anos depois, já em finais dos anos 80, quando elaborou o primeiro relatório de impacto patrimonial da abortada barragem do Côa. No qual recomendava uma prospecção mais intensa e um acompanhamento arqueológico da obra, que se revelariam fatais para os planos de construção da barragem.

O terraço do Vale da Casa, marginando o rijo Douro beirão, era magnífico de amplidão, mas as águas estavam ao tempo já bastante alteadas, ainda que o rio ali corresse muito entalado junto à margem direita, deixando a espaços ouvir o ruído do cachão, um murmúrio pré-histórico, pois claro, enquanto linguagem intemporal.

Na campanha que aí realizei ainda em 1982 (por deferência da direcção do Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde então trabalhava) – estávamos

ainda longe da invenção do arqueólogo-empresário – rapidamente o local se revelaria uma preciosidade rupestre, com um lote de novidades como o eram então as incisões da Segunda Idade do Ferro nos xistos ribeirinhos. E não menos interessantes eram as picotagens Calcolíticas também aí detectadas (coevas do belo painel de Namorados descoberto e estudado em 1995 e actualmente vandalizado com *graffiti* obscenos), ainda para mais aparentemente relacionadas com um enterramento em cista megalítica que também então foi descoberto e escavado nesse terraço. Mas afundado o sítio com o enchimento do Pocinho, quase tudo isso entrou no esquecimento, memorizado apenas em alguns textos de circunstância que fui dando à estampa por aí. Mas felizmente aí está o Museu do Côa...

Porém o local tornava-se ainda mais interessante arqueologicamente (quanto polémico!) por numa das suas rochas decoradas uma das representações zoomórficas figurar um pequeno equídeo inciso, tipologicamente muito semelhante ao já então bem conhecido cavalo de Mazouco. Cujas autenticidade paleolítica eu então pus em causa! Por eu próprio ter então dificuldade em aceitar que poderíamos ter no Vale da Casa um outro cavalo... eventualmente também ele paleolítico! Malefícios da estilística! Mas o mais curioso é que o cavalo do Vale da Casa que me suscitava estas reflexões, não é efectivamente paleolítico! Guardo desses dias de dúvida metódica um poema que me dedicou um perturbado Vítor Oliveira Jorge quando apresentei estas dúvidas num Congresso de Homenagem a Rui de Serpa Pinto... Claro que o disparate atingiria o seu paroxismo quando, anos mais tarde, ainda a polémica do Côa deixava no ar grande fumarada, Robert Bednarik escrevia que afinal eu seria o único arqueólogo português que mantinha alguma lucidez por duvidar da cronologia paleolítica atribuível ao cavalo de Mazouco!! Outras estórias... ou de como tudo se encadeia (o tal bater de asas de uma borboleta na China).

Afinal a arte paleolítica de ar livre era ainda, em inícios dos anos 80, uma novidade no mundo académico, já que os poucos achados conhecidos eram olhados com alguma desconfiança e pouco valorizados. Era o caso de Domingo Garcia, e o mesmo aconteceria com Siega Verde, que só é verdadeiramente valorizada após a descoberta do Vale do Côa (e que o mesmo Bednarik agora defende também que são gravuras de época histórica – afinal arte paleolítica ao ar livre parece que só na sua Austrália, mas já nada disto hoje excita

quase ninguém!). Ora a publicação do painel de Mazouco, ainda que com um levantamento demasiado sumário, fora bem um trabalho pioneiro de Vítor Oliveira Jorge e da sua equipa, que antes se tinham procurado documentar bem na defesa dessa hipótese cronológica, para isso tendo consultado alguns especialistas em arte pré-histórica previamente à sua publicação. Também na altura tiveram o cuidado e a simpatia de me apresentar algumas fotos dessa descoberta “iniciática” da nossa arte paleolítica de ar livre e saber da minha opinião sobre tal matéria. Que afinal não deve ter sido nada conclusiva, tendo em conta a nossa falta de tradição então nessas matérias, já que o nosso território aparecia como estando praticamente afastado das rotas da Grande Arte do Paleolítico superior europeu (o próprio Escoural era uma gruta pictoricamente muito pobre e as suas gravuras eram ainda quase desconhecidas). E como tudo mudou desde então...

O sítio do Vale da Casa era pois um largo terraço da margem esquerda do Douro, um pouco a jusante da foz do Côa, que em 1983 seria infelizmente submerso pelas águas presas da barragem do Pocinho. Curiosamente, a quase totalidade dos painéis onde iam sendo identificadas gravuras picotadas ou incisas eram suportes orientados na horizontal, bastante lavados pelas águas do Douro que a espaços invadiam o terraço aplanado e faziam com que as gravuras, mesmo as da Idade do Ferro, estivessem muito patinadas. Era esta a situação de jazida da notável rocha 10, ainda que afastada do curso regular do rio e bem resguardada dos mais perniciosos efeitos erosivos por alteados afloramentos envolventes.

Este aspecto das condições de jazida dos testemunhos rupestres é particularmente interessante ser tido em conta, pois a nossa geração fora iniciada nos estudos de arte rupestre habituada a prospectar em rochas decoradas na horizontal, como o eram a quase totalidade das rochas gravadas do complexo holocénico do Vale do Tejo. Ora no Vale do Côa todas as decorações rupestres estão em painéis orientados na vertical. No complexo rupestre do Côa/Douro as raras excepções a essa situação de jazida estão no Vale da Casa e em poucos exemplos de Vale de Cabrões, para além de um ou outro caso muito esporádico entre as centenas de rochas decoradas que hoje aqui estão inventariadas (um importante trabalho do então Centro Nacional de Arte Rupestre). Terá este aspecto contribuído para o facto da identificação tardia das gravuras

paleolíticas da Canada do Inferno, onde Sande Lemos apenas identificou picotagens de época histórica em painéis orientados horizontalmente? E onde Nelson Rebanda, aparentemente em finais de 1991, identificaria a conhecida rocha 1, um painel vertical com sobreposições múltiplas da fase antiga da arte paleolítica do Côa, localizada frente à superfície apainelada com gravuras dos sécs. XVIII-XX identificado poucos anos antes por Sande Lemos!? Afinal parece sempre ser mais evidente descobrir-se o que se procura do que tropeçarmos nas novidades autênticas.

Valerá a pena recordar ainda que o trabalho arqueológico no Vale da Casa foi feito em condições algo adversas perante o tipo de testemunhos rupestres que ali foram identificados. A minha pequena equipa (foi aqui que Fernando Barbosa, o meu desenhador de eleição, se iniciou nos levantamentos em desenho da nossa arte rupestre) alojava-se num dos barracões da EDP no Pocinho, junto ao local em que se finalizava a construção da barragem (só anos depois o pagamento à EDP deste alojamento seria liquidado, uma história que Sande Lemos poderá contar mais detalhadamente, já que lhe deu algumas dores de cabeça!). Íamos dali para o Vale da Casa num barco ao serviço da EDP – um par de vezes ainda calcorreámos uns quantos quilómetros pela linha de caminho de ferro que dali demandava Barca de Alva e que entretanto foi abandonada – conduzidos por um barqueiro que se ria da sua “bela vida” de quase guia turístico do Douro. O barco tinha um convés bem sombreado e ainda há poucos anos estava por ali enalhado a apodrecer ferruginoso ao rijo sol duriense até ter sido desmantelado. E às 16,30 h o trabalho arqueológico do dia tinha que estar terminado. Horário de barqueiro! Ou seja, não havia hipótese de trabalho nocturno, nem tão pouco de fim-de-semana. Um dos fins-de-semana em que lá consegui que o barqueiro ficasse connosco, por deferência do chefe do estaleiro, o seu vencimento só desses dias era maior que o meu vencimento mensal de técnico superior da função pública! Ora bem, o estudo daquelas rochas incisas, com gravuras muito pouco evidentes, lá se foi fazendo com a ajuda da bicromia (Emmanuel Anati, numa visita ao Vale do Tejo em 1973, tinha-nos explicado experimentalmente as vantagens evidentes deste método de levantamento, que era aliás muito útil nestas situações) e de algumas moldagens... Mas rochas historiadas houve que nunca puderam ser estudadas por estarem já permanentemente submersas (o mesmo acontecera já no Vale do Tejo).

Fragmentos, farrapos de memórias, gentes, o tempo focado/desfocado... Mas quando os quotidianos não são agressivos será que o tempo se escoia mais lentamente e o lento amarelar da memória mais tarda? E as paisagens? Será que sendo a paisagem um ecossistema vivo e como tal em permanente transformação, é a minha memória/retina parcelada que insiste em torná-la imutável, como que congelada em claro/escuro de chapa fotográfica? Memoro um terraço fluvial percebido há quase 30 anos, mas moldado há milénios por convulsões geológicas e por um rio selvagem que entretanto o deixou de ser, entalado entre sucessivos degraus barragísticos de betão. E o terraço, palco de histórias cujo rasto a arqueologia reconstitui mesclando o sal do passado nas pedras escritas, com vivências Calcolíticas que o tempo sedimentou ao lado de outras estruturas nunca convenientemente explicadas (enterramentos da Idade do Ferro?) e a que, por junto, a revelação das formas perenes e o nosso próprio conhecimento académico, trouxeram de novo à vida... à nossa vida. Mas que tudo logo engolfado foi e assim permanece. A imagem que hoje tenho desse terraço quase não a reconheço já nos poucos diapositivos que me restaram desses dias ainda longe do digital (alguns estão agora reproduzidos no Museu do Côa). A arte rupestre é um testemunho do passado espiritualmente mais comprometido (assim também o enterramento) e porque está muito ligada à arqueologia fluvial não convive nada bem com as barragens... Testemunhos que serão de outros pragmatismos (também eles tão transitórios). Quando em 1995 participei no Instituto Superior Técnico num dos inúmeros debates à época sobre o problema do Côa, as suas gravuras e a sua barragem (embora tivesse um acordo tácito com o Mário Varela Gomes que nesse ano de todos os acontecimentos, eu trataria dos assuntos do Côa a Norte e ele a Sul – Lisboa parece que estava a meio e a espaços lá nos encontrámos), recordo-me que um dos engenheiros de barragens aí presente, se mostrou muito indignado pelo facto de como era possível que a arqueologia portuguesa não tivesse então já quase em final de milénio, produzido uma carta arqueológica do país!? Coisa que se faria assim como quem faz uma carta de solos, ou uma carta geológica (que curiosamente na altura penso que ainda não estaria também ela terminada), e coisa afinal própria de um país civilizado, afirmava-se. Mas aqui o que se deveria verdadeiramente estar a discutir era a boa aplicação da legislação dos impactos ambientais e patrimoniais das grandes obras, públicas ou não, pois também me recordo de no Lindoso se terem feito os impactos (nomeadamente

o arqueológico) com a barragem já em curso de finalização. Paradoxos de um país que entrava aceleradamente na modernidade. Esse salto da primeira para a terceira revolução industrial, sem passar pela segunda (a tese é um pouco simplista, mas serve como explicação), parece estar quase esquecido. Mas o Côa é um bom exemplo dessa “transição” pelas implicações que teve!

Das poucas rochas decoradas que uma prospecção preliminar inicialmente detectara, rapidamente se alargou o número para 23, entre as quais o extraordinário painel da rocha 10, sobre o qual valerá deixar aqui um outro testemunho. Com efeito, reconhecida que foi no imediato a sua grande importância rupestre, no fim da campanha que então ali realizei (Setembro de 1982), fora-me proposta a ideia de se poder cortar essa rocha – um pequeno painel orientado na horizontal e ricamente decorado com incisões da Idade do Ferro – que poderia eventualmente integrar um qualquer museu regional que um dia pudesse vir a existir em Vila Nova de Foz Côa. Opus-me ao corte e remoção dessa rocha, coisa que por princípio sempre defendo, nomeadamente para testemunhos rupestres com um valor iconográfico como aquele e em tão rico contexto cuja integralidade fora apenas aflorada. Mas, e até mais no sentido de poder estudar calmamente esse painel em gabinete, resolvi fazer dele um molde em látex. O que é curioso, é que esse molde, já um pouco maltratado por incidências várias (até a uma cheia sobreviveu no antigo edifício do CNART), foi a base para a única réplica de uma rocha da Idade do Ferro que selecionei para o actual... Museu do Côa! Esse molde guardei-o sempre comigo. Outros moldes de látex que então fiz de outros painéis do Vale da Casa, depusitei-os no serviço público do então SRAZN. Devem ter transitado para a Direcção Regional de Cultura como depósitos desses serviços. Mas a partir dali perdi-lhes o rasto.

A elaboração de réplicas de painéis gravados para o Museu do Côa dá-nos agora uma experiência bem interessante nesta matéria e que aqui deixo também em jeito de reflexão. Há cinco réplicas na exposição permanente do Museu do Côa: quatro são paleolíticas [rochas 11 da Cana do Inferno (pormenor apenas), 3 da Quinta da Barca, 1 do Fariseu e 16 do Vale de José Esteves], uma é da Idade do Ferro (a rocha 10 do Vale da Casa). Todas foram seleccionadas tendo em atenção o discurso arqueológico expositivo e a sua importância adentro de cada um dos períodos cronológicos que ilustram. E todas, excepto a da Idade do Ferro, foram feitas a partir de levantamentos de

campo com recurso à mais moderna tecnologia laser. A da Idade do Ferro foi realizada a partir do meu molde de látex de 1982. E esta é, de longe, a melhor réplica em exposição. É verdade que o produto final é um trabalho impecável do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga (obrigado Victor Hugo/Isabel Silva). E as réplicas a partir dos levantamentos laser deixam muito a desejar em termos de qualidade final (e sem os nossos desenhos não seriam possíveis). É verdade que com a utilização dos lasers as superfícies insculturadas não são tocadas directamente, enquanto que com o látex (ou o silicone) há um produto (mais ou menos) adesivo que é aplicado directamente sobre as gravuras, mas que assim delas colhe um verdadeiro e mais autêntico negativo. Foi para se evitar tocar nas superfícies gravadas que o IPA/CNART procurou fazer desde início um projecto de colaboração com o Departamento de Optoelectrónica do INETI (um serviço também extinto entretanto no âmbito do PRACE) para se fazerem réplicas a partir de levantamentos laser. Mas a tecnologia estava então ainda muito incipiente e os resultados foram sempre muito pouco interessantes e só aplicáveis a picotagens em pequenas superfícies. E ainda hoje, já com tecnologias mais aperfeiçoadas, os resultados não me satisfizeram de todo. Como se poderá comprovar no próprio Museu, onde as réplicas são bons elementos museológicos mas maus elementos de investigação. Um alerta para alguns colegas que pensavam ver nos levantamentos laser actuais a solução para a enorme dificuldade que são os (bons) levantamentos rupestres, nomeadamente em painéis com a complexidade de alguns do Côa. Nada substitui um bom desenho e fotos de campo – complementos indispensáveis ao estudo *in loco* dos originais rupestres!

A dificuldade de estudo desse painel da rocha 10 (sem luz rasante artificial!) levou-me também na altura a tentar criar um sistema de reprodução de decalques rupestres que permitisse uma boa visualização dos motivos sobrepostos, nomeadamente na sua publicação. E logo no campo, após um primeiro decalque totalmente a preto, passei a colorir as figuras de acordo com o catálogo de cores das canetas de ponta fina indelével que consegui encontrar. Foi pois também nessa rocha que pela primeira vez se utilizou o modelo técnico de identificar e individualizar cada figura com uma cor diferente, diferenciando-se assim melhor as diferentes sobreposições, um método que se viria a revelar tão eficiente na divulgação da arte do Côa, tendo-se tornado mesmo numa das suas imagens de marca. E que hoje é seguido, qual *ovo-de-Colombo*, um pouco por todo o mundo.

Um episódio marcante desses dias e dessa mesma campanha, foi a descoberta e escavação do enterramento Calcolítico do Vale da Casa. Aparecido no contexto da própria estação rupestre, era ainda mais importante também por isso mesmo... Mas o curioso da história é que esta escavação – que decorreu em paralelo com o estudo da arte rupestre – levantou na região uma excitação com alguns episódios verdadeiramente hilariantes quando foi público que tínhamos encontrado perto do Douro... um morto! Desde uma brigada da GNR que um dia apareceu para inquirir sobre um eventual “assassinato” de um indivíduo que ali aparecera morto com uma machadada na cabeça (o machado de pedra polida, parte do depósito votivo que acabou embutido no crânio, lá continua ainda...); até uma curiosa variante da religiosidade popular que rapidamente transformou aquele enterramento na sepultura de um pretenso santo. Daí a ter-se assistido a uma romaria de populares, especialmente mulheres, que em várias visitas ao sítio, ali colheram alguma da terra filtrada da sepultura, que tomavam como terra santificada, e a deixarem-nos pela noitinha uma imagem emoldurada do Sagrado Coração de Jesus metida no interior da própria cista. Imagens de um tempo que hoje nos parece já também do nosso próprio *dreamtime*!

Finalmente, escavação realizada, a laje onde repousavam em posição fetal os restos do mais antigo “habitante conhecido das terras de Foz Côa” foi levantada (pena não se ter então guardado bem a caixa de pedra da cista na sua integralidade) e entregue aos cuidados da Câmara Municipal com vista a eventualmente poder integrar um dia um futuro museu regional. Não acompanhei esta fase da história e deixei de saber do paradeiro de tão interessante personagem. Que só viemos a redescobrir, muito maltratado e com alguns ossos e parte do espólio votivo já desaparecidos (mas isto por outros motivos), numa sala pouco condizente de um dos edifícios da autarquia onde funcionava então a biblioteca de Vila Nova de Foz Côa. Isto após a criação do CNART e PAVC, já em 1997. Procurámos então salvaguardar mais condignamente estes restos arqueológicos, tendo mesmo em vista a sua posterior integração no Museu do Côa, que era então ainda uma miragem. E assim, o senhor Lopes, como carinhosamente passou a ser conhecido em Foz Côa, transitou para o edifício do Parque Arqueológico até ser finalmente trasladado para o actual edifício do Museu do Côa, integrando a própria exposição permanente.

Depois destas peripécias, o senhor Lopes repousa hoje no mais imponente mausoléu que poderia imaginar-se-lhe e que é o próprio... Museu do Côa.

Pode dizer-se que parte da génese do Museu do Côa está pois no Vale da Casa. E ao jeito de um exercício de estilo, se das materialidades factuais memorializadas passássemos às imaterialidades condicionantes? E se durante os trabalhos arqueológicos de 1982 e inícios de 1983 (a rocha 23 do Vale da Casa só seria estudada em Janeiro deste ano), tivéssemos tido tempo para fazer uma mais demorada prospecção até à Foz do Côa e nos tivéssemos interiorizado um pouco por este curso fluvial adentro? Toda a história da polémica do Côa teria seguramente sido muito diferente. É verdade que naqueles dias ainda prospectámos um sector da margem esquerda do Douro entre o Vale da Casa e a Foz do Côa, que lhe ficava a algumas centenas de metros para montante. Mas tudo o que se detectou foram algumas gravuras históricas (datas, nomes, custódias, barcos, comboios...). E não se chegou à Canada do Inferno e à sua magnífica arte paleolítica, grande parte da qual seria aliás submersa pelo enchimento do Pocinho. E só em finais de 1994 parcialmente revelada por Nelson Rebanda, cuja ligação à história da revelação do cavalo de Mazouco é também bem conhecida e é outra das curiosas estórias paralelas do grande caldeirão mediático em que se tornou o Vale do Côa.

Do Museu do Côa

As memórias são fragmentos de realidades (como a arqueologia afinal). E estas são necessariamente transformadas pela própria limitação do memorialista (agora também analista) enquanto actor, assistente-delinquente dos quotidianos parcelados que relata. Porque tudo é relativo. E nada como a paixão para distorcer as realidades (que a razão tarda em hierarquizar) quando se procura retratá-las retirando-as do pousio sedimentar em que jazem. Mas sem paixão não há obra que resista ao passo do tempo, como diria Raul Brandão, esse grande memorialista. E os fantasmas que assim de novo se erguem dos escaninhos do tempo? Ora bem, as memórias só têm interesse enquanto construtoras de um tempo novo, para que não se transformem num vulgar exercício de voyeurismo.

No Vale do Côa a política à portuguesa (será que há uma *forma portuguesa* de estar vivo? não acredito, mas deixo o hábito falar por mim!) tudo corrompeu. Se por um lado a luta política foi determinante na decisão de não construção

de uma barragem frente à evidência esmagadora da importância mundial dos sítios rupestres, por outro lado a transrealidade arqueológica, por importante que seja, ficou até hoje (até quando?) amarrada a essa corajosa decisão que honra os então Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho e o Primeiro-Ministro António Guterres. Gente de um tempo outro já. Cujo legado acaba por ser difícil de suportar no(s) quotidiano(s) de Foz Côa.

Com essa decisão também os posteriores governos de Portugal ficaram sequestrados pela problemática de Foz Côa. E o Museu do Côa acaba por ser arrancado/conquistado e construído através de um processo que percorreu vários decisores que por vezes parecia não entenderem bem do que decidiam.

Terá sido já assim quando se esboçou o primeiro projecto de museu a implantar no sítio da própria barragem?, a cultura tomava simbolicamente o campo ao megawatt. Era um projecto corajoso, uma pequena proeza de engenharia naquele fim-de-mundo, dizia-se. Caro e megalómano, como tinha que ser naquele momento de afirmação cultural do país (e já agora de glória à Arte do Côa), o projecto, já com uma longa gestação, seria suspenso durante o governo Barroso, alegando-se que tinha custos de construção e manutenção insuportáveis. Mas também porque não havia já vontade política para anular definitivamente a ideia de que um dia a barragem poderia regressar. Uma ideia tonta e própria de quem não conhece bem a realidade arqueológica do vale e que o tempo de globalização económica que vivemos é também já um tempo de globalização cultural. E uma ideia também ela de acordo com os padrões sempre inconsequentes da sociedade portuguesa, lobista quanto baste, e onde nada merece o crédito de uma boa e ponderada sedimentação. É assim também para os próprios organismos públicos de gestão e orientação política que periodicamente sentem necessidade de mudar de nome, ainda que isso nada acrescente àquilo para que foram verdadeiramente criados – IPPC, IPPAR, IGESPAR para só nos centrarmos nos mais recentes... Com arqueologia? Sem arqueologia? Novamente com arqueologia? Amanhã outra vez sem arqueologia?... Ora como não há sedimentação gestonária nem verdadeiras políticas estruturantes que atravessem governos/governantes, o que conta afinal são os episódicos responsáveis-actores de cada tempo e infelizmente isso por vezes revela-se trágico.

Anulada que foi a escolha do primeiro local de implantação do museu – mas afinal mesmo descartando-se o primeiro projecto de arquitectura, o sítio poderia ter continuado a ser o mesmo! (ou não?) – foi “descoberto” um outro sítio para jusante da barragem, a cavalo da foz do Côa e virado ao Douro, com um admirável enquadramento paisagístico. É um sítio que me agrada, até porque foi eu próprio a sugerir-lo! O patético da situação e da sua contaminação política, é admiravelmente sintetizado ao tempo quando um dos jornais do regime apresentou os dois projectos em confronto, chamando ao da Canada o “Museu do PS” e ao da foz do Côa o “Museu do PSD”! Ou sendo este o dos barragistas e o outro o dos anti-barragistas, que agora estavam na oposição! Malefícios do pensamento rotativista. E de um certo simplismo, já que hoje até deverá haver mais barragistas (chamemos-lhes assim para simplificar) nessa família política cujo Primeiro-Ministro acabou afinal por inaugurar o Museu há poucas semanas.

Afirma-se agora, algo caricaturalmente, que o Museu do Côa levou 15 anos a construir, como se isto fosse uma enormidade e uma incapacidade pouco patriótica! Uma espécie de obra de Santa Engrácia, o que não é verdadeiramente o caso, pelo menos da forma jocosa como este dado é por vezes apresentado. E nem vale a pena invocar o que a este propósito se passou em sítios rupestres similares por esse mundo fora (Altamira?, Lascaux?, Chauvet?, Valcamonica?...). Quando as gravuras foram reveladas em finais de 1994, ninguém pensava num museu com estas características. Que só começaram a ter algum peso, quando a própria EDP se propôs em meados de 1995 participar (pagar?) na construção de um museu onde fossem metidos os originais rupestres que seriam retirados do vale. Como contrapartida, evidentemente, pela construção da barragem, que até poderia ser protelada por alguns anos. Ideia por quase todos rebatida e desde logo por mim próprio, quando fui sondado para dar o meu aval como eventual defensor de tal resolução. Foi esta ideia que suportou o corte de um grande bloco vertical de xisto não gravado, tentando-se demonstrar que os originais rupestres poderiam ser cortados da mesma forma, a mando e a custos da EDP, e cujo original arrancado ao vale ainda hoje está implantado frente à antiga sede do Centro Nacional de Arte Rupestre, em Vila Nova de Foz Côa (antigas instalações da própria empresa construtora da barragem do Côa). E que levou também a EDP a pagar ensaios de moldagens pelo menos num painel historiado com arte paleolítica em 1995 (curiosamente num sector da rocha 11 da Canada do Inferno), como base para

a realização de réplicas museológicas. Isto enquanto se procurava demonstrar através de pretensas “datações directas” que as gravuras não seriam paleolíticas. Coisa que hoje só Bednarik (que aproveitou bem o mediatismo que lhe concedeu o Côa) continua a defender, alargando esta “modernidade” a muita da arte paleolítica europeia, esteja ela ao ar livre (Siega Verde, por exemplo) ou até em gruta (Lascaux, pois claro)!

Após a classificação dos sítios rupestres do Côa como Património da Humanidade, o governo português comprometeu-se junto da Unesco a criar um museu de sítio que permitisse uma mais alargada fruição da realidade rupestre a um público mais amplo. Até porque desde o início deste processo se reconhecia ser muito difícil assegurar visitas guiadas a todos os sítios rupestres, quer por evidentes problemas logísticos, quer pela enorme dispersão dos achados. O que os anos seguintes viriam a confirmar. Mas também porque muitas das gravuras do vale são incisas e logo de muito difícil percepção e até entendimento pelos visitantes não iniciados. Claro que a demagogia e a má-informação de uns quantos fazedores de opinião faz vista grossa destas dificuldades, atribuindo um grande desencanto à coisa pela anunciada falta de visitantes. Que, apesar de tudo, desde sempre continuaram a demandar o Vale do Côa, mas não aparecem tanto nas estatísticas oficiais, pois muitos deles não conseguem obter visitas guiadas ao vale e, aqui sim, há muito desencanto. Aliás, o actual sucesso de público do Museu do Côa parece demonstrar exactamente isso mesmo, pois em pouco mais de um mês o número oficial de visitantes do Museu será já quase metade do número anual oficial de visitantes do Parque Arqueológico até à inauguração do museu. Esta falácia foi também alimentada por algum conformismo dos organismos da tutela nos últimos anos, para quem o projecto do Côa se parecia ter quase transformado numa espécie de “elefante branco”. Mas apesar de tudo alguma coragem houve com a construção do museu...

Assegurado em finais de 1998 que se faria um museu para o vale do Côa (de acordo com as ideias já desenvolvidas a partir de 1996), o local emblematicamente escolhido seria um dos próprios encostos da abandonada barragem do Côa, o da margem esquerda. O museu seria um comprido edifício adçado em escada à encosta, directamente ligado ao rio e aos sítios rupestres do Rego da Vide e muito em particular ao da Canada do Inferno. E frente aos quais as águas do Côa seriam rebaixadas através de um túnel (canal?) de derivação

que arrancaria um pouco a montante da Canada do Inferno. Projecto caro e complexo? Claro que sim, mas um projecto absolutamente fantástico e visionário, em grande parte congeminado por uma das personagens que nesses anos foi determinante na afirmação internacional do Côa, que foi João Zilhão.

Mas ainda Guterres não tinha decidido abandonar as agruras da governação e já este projecto ia sendo encolhido, em particular frente aos custos (e alguns problemas técnicos) de execução e manutenção do tal túnel de derivação para manter a integralidade da Canada do Inferno fora da influência do albufeira do Pocinho e apenas com uma espécie de pequeno caudal ecológico fronteiro ao sítio. Também os orçamentos foram encurtando, do grandioso edifício inicialmente projectado foram sendo retirados espaços (desde logo o de um outro “museu” da gravura contemporânea) para que tudo se contivesse em... 30 milhões de Euros (moeda actual), ainda assim mais 12 M€ do que custou a totalidade do efectivamente construído. Mas, sentindo o pântano cada vez mais viscoso, Guterres abandonou o governo, como já o tinha feito o seu anterior Ministro da Cultura, sem dúvida o grande suporte político ao projecto de Foz Côa. E com a chegada de um novo governo com outra cor partidária e sem um grande conhecimento de toda a história do Côa sempre cheia de ambiguidades e mal-entendidos, cai também este ambicioso e original projecto de museu para o Côa.

E para o museu tudo volta ao princípio, agora também com o argumento de que o primeiro projecto não tinha sido objecto de um concurso público (o que era verdade), nem tão pouco (*et pour cause*) sido trabalhado por uma equipa de arquitectura consistentemente seleccionada. Ora fora essa mesma ideia que levava ao convite ao arquitecto Maia Pinto para director do Parque Arqueológico do Vale do Côa em 1997, já que por junto se encarregaria do museu e da arquitectura dos centros de recepção, uma decisão que se revelaria de custos acrescidos para o PAVC.

O actual Museu do Côa levou portanto 6 anos a construir, já que o projecto actual se iniciou verdadeiramente só em 2004. E teve também ele uma muito difícil gestação. Mas está tão fresco ainda – inaugurado que foi, política e materialmente, em 30 de Julho passado – que vamos deixar sedimentar esta memória mais recente...

Entretanto, parece hoje pacífico que, a apostar-se no desenvolvimento e não despovoamento do interior do país, são projectos de CULTURA como os de Foz Côa, a que hoje toda a gente chama de “charneira” ou “âncora” no contexto do ordenamento do turismo do Douro, que devem ser acarinhados. Como se diz na gíria, “que mil Côas floresçam” no país! O que não será fácil...

Mas para isso, o actual Museu não pode deixar-se adormecer à sombra deste primeiro e fundamental sucesso que foi o da sua abertura ao público (esperemos que seja para manter). O Museu será “charneira” sim senhor, mas de outros projectos anexos e sempre em ebulição, que passarão desde logo pela própria transformação de alguns aspectos da sua exposição permanente, com alguns enquistamentos que é necessário estirpar e outros corrigir. Um dos principais passará pela alteração da forma facilitista como no próprio museu se conta em 40' a sua própria história. Que é afinal uma das mais interessantes e emblemáticas histórias de toda a arqueologia portuguesa – desde sempre! Desde 1995 fiz centenas de conferências/debates sobre a arte e a polémica *paleopolítica* do Côa e sei bem como isso é objecto de curiosidade científica, mediática e popular. Porque razão o próprio museu tenta escamotear e quase esconder essa realidade?! É cedo ainda para enfiar essa história num museu? Não me parece! E, sinceramente, não gostei que esta parte tivesse sido tão minimizada (mas medo de quê?) no nosso guião para o Museu do Côa.

Um outro aspecto que se prende com a vivência e a experienciação popular do actual Museu do Côa é o da continuidade e do reforço da visita guiada aos sítios rupestres e não apenas enquanto complemento à visita do Museu. Independentemente desta, nada substitui a visita aos locais de implantação dos originais rupestres, como parece ser reconhecido por toda a gente. E sempre em visita guiada. Não se podendo, para já, fazer baixar as águas frente à Canada do Inferno (a visita a este sítio acaba por ser algo frustrante, pois a maior parte da sua arte está submersa), creio que isso poderá ser feito, e muito proveitosamente, frente ao sítio do Fariseu. Para além de se abrir ao público o sítio da Quinta da Barca, e aqui mesmo como complemento à visita da Penascosa. Entretanto, para a Canada do Inferno está a ser projectado já um futuro Centro de Interpretação ou “museu de sítio” (poderá abrir já em 2011), o que me parece muito bem, embora a sua filosofia de abordagem seja ainda objecto de discussão.

Quanto ao resto, expliquemo-nos:

O Fariseu emerso

O Fariseu era uma antiga praia fluvial que se veio a revelar como um dos mais importantes arqueossítios do Côa. Este sítio, que está parcialmente submerso desde 1983 pela aguada final da albufeira do Pocinho, deveria voltar a ficar emerso e, a conseguir-se isso, será, após a construção do Museu, o mais importante contributo à valorização pública da Arte do Côa.

Para isso, há duas hipóteses. Ou se cria uma espécie de canal de derivação, canalizando-se o curso do rio neste sector talvez logo um pouco a jusante da foz da Ribeira de Piscos (projecto difícil, muito caro, algo utópico e até contra-producente, já que implicaria uma grande alteração das condições ecológicas do curso actual do rio), ou se constrói aqui uma pequena ensecadeira, o que me parece bem mais viável (tinha proposto uma solução semelhante para a arte paleolítica do Poço do Caldeirão, no rio Zêzere, de forma a não inviabilizar a exploração económica de uma mini-hídrica, mas aqui optou-se por outra solução). Esta permitiria fazer emergir a famosa rocha 1, cuja imponência *in loco* ofuscará completamente a triste réplica que dela foi realizada para a exposição permanente do Museu do Côa. E permitiria também o prosseguimento atempado e continuado da escavação do sítio pela equipa do PAVC, podendo (e devendo) o local ser seguidamente “musealizado”, aqui se mostrando algumas das evidências maiores da arte paleolítica da fase antiga do Côa e os restos de sucessivos acampamentos Magdalenenses (e não só) com o depósito da maior colecção de placas de arte móvel paleolítica conhecida em Portugal. Com a magnífica envolvente, claro, em pano de fundo.

Penascosa/Quinta da Barca o coração do santuário arcaico em visita pública

Na sala D do Museu do Côa tentámos fazer uma aproximação a esta ideia: a de que estará nestes sítios (Penascosa/Quinta da Barca) o “coração do santuário arcaico” da arte paleolítica do Côa. E porquê? Pois porque aqui, onde o curso

do rio já no Paleolítico superior mais alargava embora corresse mais encostado à margem direita, se concentra ainda hoje a maior quantidade de gravuras obtidas por picotagens profundas (distribuídas por cerca de 100 painéis em ambas as margens), as mais típicas da fase antiga (Gravetto-Solutrense). E isto por oposição à arte Magdalenense, mais concentrada junto à foz do Côa o que implica, como temos defendido, a presença hipotética de dois *santuários* (duas espacialidades) rupestres diferenciados no tempo longo paleolítico.

E aqui as gravuras distribuem-se por ambas as margens do rio, podendo-se até idealizar um qualquer percurso (ou vários) através dos diferentes sectores de painéis gravados.

Por outro lado, a junção simbólica destes dois sítios junto ao próprio leito do Côa parece ser assegurada pela emblemática rocha 1 da Quinta da Barca, o painel no vale com a maior quantidade de sobreposições entre picotagens no menor espaço operativo, e onde toda a fauna conhecida da arte do Côa (excepto o peixe) está figurada. Esta rocha foi assim encarada como um verdadeiro *axis-mundi* desse santuário arcaico, ocupando um lugar-chave no ordenamento espacial paleolítico deste sector do vale do Côa.

Como se perceberá(ão) (hoje) o(s) autêntico(s) significado(s)/significante(s) desta rocha decorada no contexto da fase antiga da Arte do Côa? Eis um dos mais interessantes problemas no Côa, cuja ponderada teorização abriria portas até agora insuspeitas à descodificação arqueológica possível da fase arcaica do Côa. Tenha-se em atenção que também a interpretação da arte rupestre vai sendo revivificada pelos seus próprios criadores, e as sociedades paleolíticas não são verdadeiras sociedades-frias.

É claro que esta ideia é apresentada muito sinteticamente no Museu e carece sempre de explicação para ser verdadeiramente compreendida pela generalidade dos visitantes. E não devia ser assim. Falta desde logo o impacto/cheiro/ruído/ envolvente da ideia de vale/rio no solo (tecto?) da própria sala (que se tentou suprir com as duas grandes imagens projectadas de ambas as margens do vale), mas isso é um defeito de raiz, já que a concepção do projecto, fruto dos altos e baixos do processo político e administrativo de construção do museu, acabou por fazer com que a museologia se tivesse que adaptar integralmente

à arquitectura e não o contrário. Pensar-se-ia que não, mas foi assim mesmo (e aqui sim, está uma forma bem portuguesa de até se poder pensar bem mas acabar por se executar menos bem, acabando por sair as coisas assim-assim).

Ora este aspecto será complementado admiravelmente por uma demorada visita aos sítios rupestres no vale. O que implicará a resolução do problema das visitas guiadas ao sítio da Quinta da Barca e a construção de uma pequena ponte (móvel?) entre a Penascosa e a Quinta da Barca.

Em complemento, o ideal seria que se projectasse para este local um verdadeiro Centro de Interpretação integralmente dedicado a estes dois sítios, como o que está a ser pensado justificadamente para a Canada do Inferno. Mas para isso, também a chegada dos visitantes à margem direita do Côa teria de ser repensada, devendo aqui ser definitivamente abandonadas as viagens (interessantíssimas, é verdade) nas já envelhecidas viaturas todo o terreno do Parque Arqueológico.

Foz Côa: aqui, o futuro

Quando, em finais de 1995, o governo português optou por suspender e depois abandonar o projecto da barragem de Foz Côa, poucos se terão apercebido do real impacto futuro que esta decisão poderia ter no país macroeconómico e em particular no país mais periférico. Não se tratava apenas de substituir mais um empreendimento hidroelétrico por um *não se sabe o quê!* Já que essa decisão pressupunha uma mudança radical dos modelos económicos rotineiros assentes numa economia de raiz tradicional (e daí as queixas dos bem-pensantes do costume), por outros que aparentemente pouco tinham de auto-sustentabilidade, mas que implicavam uma verdadeira aposta de “interior”, uma mutação de que talvez nem os próprios decisores políticos do momento se tenham verdadeiramente dado conta.

É que, entretanto, a economia mundial alterou os seus paradigmas, e é crescente a importância que decisões como as de Foz Côa gradualmente vão ganhando na nova economia global. Que começa gradualmente a ser cada vez mais uma

economia da cultura e do conhecimento, cuja cartografia de sítios e situações vai passar a medir-se pelos impactos de médio prazo de projectos como o que tivemos a felicidade de poder participar activamente em Foz Côa.

Sabemos que a desconfiança ainda é grande, a incompreensão ainda alastra, ainda se ouvem *boutades* como as de Mira Amaral (“sei que a barragem será ali um dia construída, só não sei é quando”, cito de memória) ou de Helena Matos (“prometeram-nos 300.000, já só faltam 280.000”). O tempo é curto para estes analistas habituados a pensar no deve-e-haver de hoje, sem se perspectivar o amanhã, embora passem o tempo a apregoar o contrário. Foz Côa, ao invés, passará (já o é) a ser analisado como um *case-study*, um paradigma das novas modernidades em que, cada vez mais, cultura e economia estarão interligadas e serão interdependentes enquanto fautores dos novos equilíbrios sócio-económicos. E não se pense que este processo afectará apenas o interior mais deprimido, ele gradualmente estender-se-á à escala do país e acompanhará em futuro próximo uma política (decisória) menos sufocada por Lisboa e mais descentralizada (mais regionalizada?). Claro que para isso Foz Côa terá de ganhar outras asas, que começarão a ser tecidas pela vitória (ou não) deste novo processo que se avizinha, em que, para já, há uma Fundação no horizonte...

A recente elevação de Siega Verde a Património da Humanidade enquanto Extensão do Vale do Côa é, nesta linha de análise, extremamente importante para nós, “inquilinos do Côa” (e daí também o meu forte empenhamento nesse processo de classificação). Desde logo pela nova sedimentação que carrega ao projecto de Foz Côa. E por outro lado pela abertura de perspectivas a novos desafios de que Foz Côa apesar de tudo carece. Que passarão, claro está, por um eventual projecto de gestão conjunta (ibérica, pois claro, e sem pensarmos apenas e tão-só em euros), mas também pelo desafio de serem, agora sim, os pólos fundamentais de um desenvolvimento integrado regional inter-fronteiriço. Não é portanto, apenas o Museu do Côa que deverá ganhar este estatuto, mas todo este complexo conjunto regional de arte pré-histórica que assumirá esse papel.

Por tudo isso foi importantíssima a construção de um museu com a imponência do nóvel Museu do Côa. É uma obra que, ainda que extremamente bem inte-

grada, esmaga o visitante que ali chegue desprevenido (como foi possível construir-se aqui uma coisa destas, qual ópera de Manaus?). Quando começou a ser pensado para a zona da abandonada barragem eu dizia meio a sério, meio a brincar, que esse museu teria de ser o nosso Gugenheim à escala regional. Embora reduzido, ele não deixará de sê-lo.

E a que haverá que acrescentar algumas *valências* como as que aqui aponte (e outras há, projectos não faltam) e para as quais é fundamental que a aposta da administração central aqui continue a ser feita. Afinal, tudo por junto, não custará mais do que meia dúzia de quilómetros de auto-estrada...

Agosto 2010.



Fig. 1 – Cista megalítica do Vale da Casa (1.ª metade do 3.º milénio a.C.).
Fotografia: António Martinho Baptista (1982).

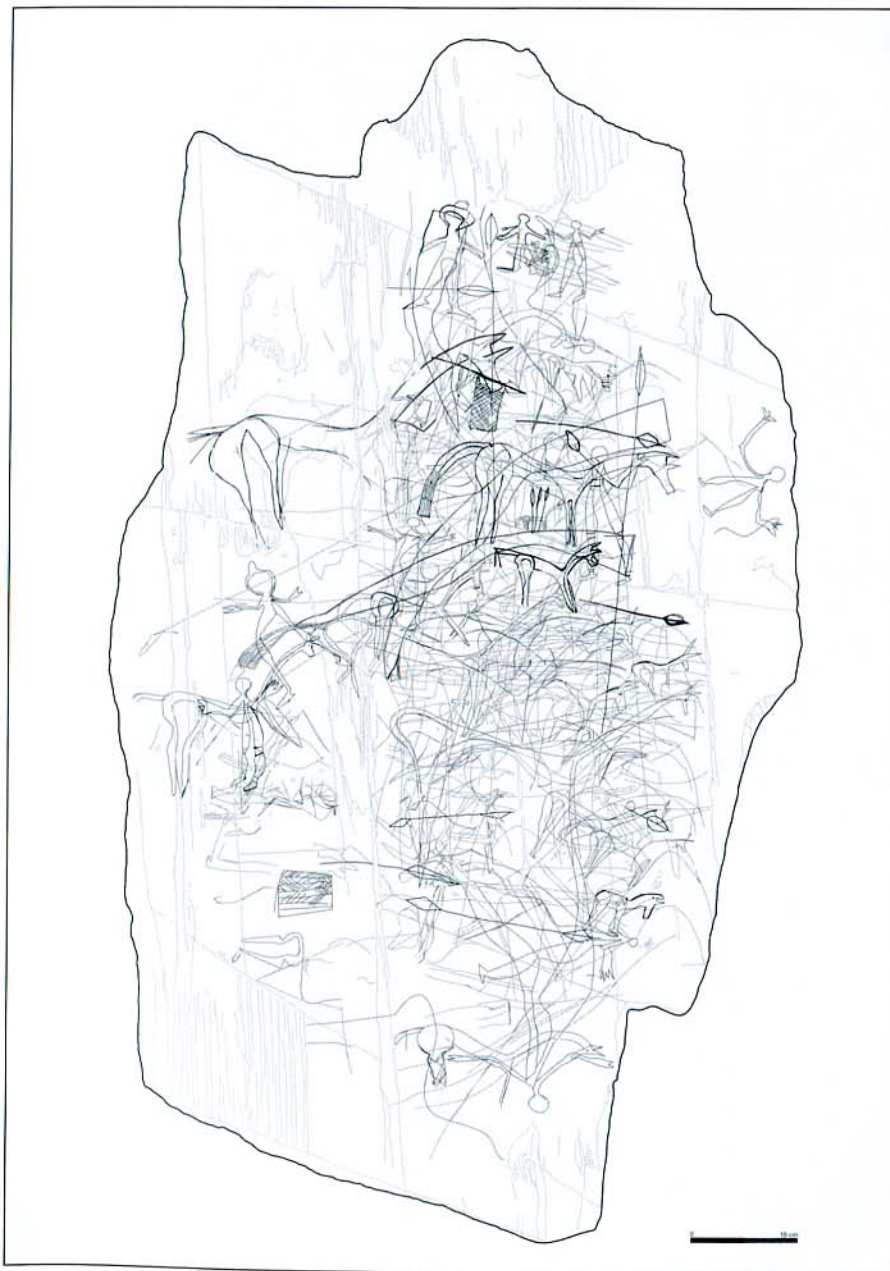


Fig. 2 – Rocha 10 do Vale da Casa, com gravuras em sobreposições múltiplas, da II.ª Idade do Ferro.
Desenho: António Martinho Baptista/Fernando Barbosa.



Fig. 3 – Rocha 1 da Canada do Inferno, com sobreposições da fase antiga da arte paleolítica do Côa.
Desenho: António Martinho Baptista/Mário Varela Gomes/Fernando Barbosa.



Fig. 4 – Perspectiva da antiga praia da Canada do Inferno, quando no final do Verão de 1995 foi possível retirar toda a água do curso fluvial. Esta seria uma perspectiva aproximada do sítio idêntica à de tempos paleolíticos.
Fotografia: António Martinho Baptista (1995).

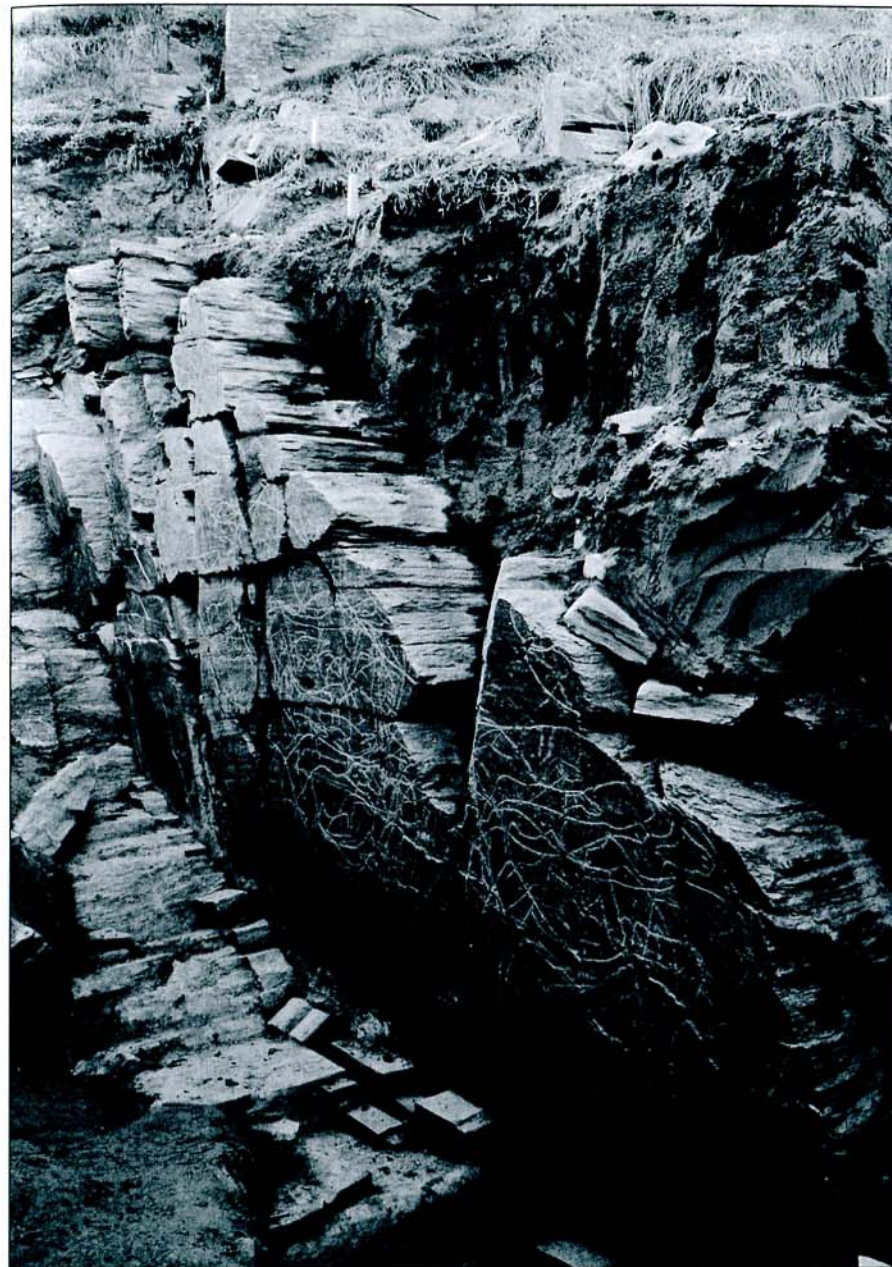


Fig. 5 – Rocha 1 do Fariseu no final da escavação do PAVC de 2007.
Fotografia: António Martinho Baptista.



Fig. 6 – O grande painel decorado com quase 100 figuras da rocha 1 do Fariseu.
Desenho: Centro Nacional de Arte Rupestre (1999-2007).

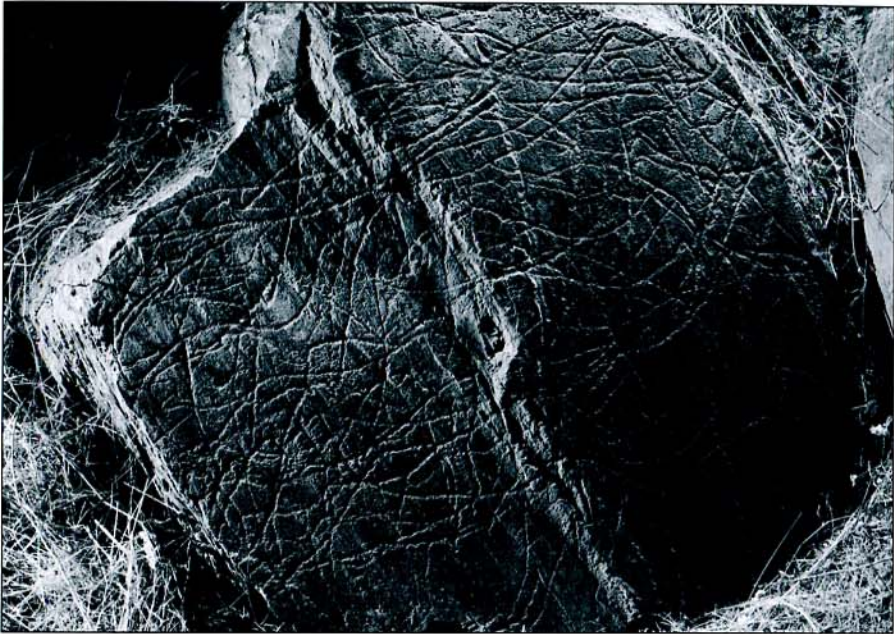


Fig. 7 – Rocha 1 da Quinta da Barca (sector da direita).
Fotografia: Pedro Guimarães (2009).



Fig. 8 – Museu do Côa, sector nascente.
Fotografia: António Martinho Baptista (2010).